



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 da Petrobras Biocombustível foi marcado por conquistas e, principalmente, pela superação de desafios importantes. Obtivemos lucro líquido de R\$ 154,54 milhões e EBITDA positivo, pela primeira vez, no valor de R\$ 18,35 milhões, após 12 anos de criação da Petrobras Biocombustível. Entre os desafios superados em 2020, ano marcado pela pandemia mundial causada pelo COVID-19, destaca-se a obtenção de preço recorde de venda de biodiesel, a diversificação da mix de matéria-prima e a venda de créditos de descarbonização (CBIO) na Bolsa Balcão Brasil (B3), de forma a ampliar as margens do negócio.

Na Usina de Biodiesel de Montes Claros, o preço de venda do biodiesel alcançou patamar recorde. Mesmo com a queda na demanda do biodiesel pelo desaquecimento da economia por conta da pandemia do Covid-19, a unidade manteve um fator de utilização (FUT) médio de 76%, utilizando como matéria-prima 52% de gorduras e óleos residuais. Na Usina de Biodiesel de Candeias, também atingimos recorde de preço de venda do biodiesel e utilização de mix médio de gorduras e óleos residuais de 38% no período.

Apesar dos importantes resultados alcançados, a Petrobras Biocombustível também foi diretamente afetada pelas dificuldades no mercado do biodiesel, com maior impacto na unidade de Candeias (BA), em função, principalmente, da alta significativa nos preços de matéria-prima e da dificuldade regional de aquisição de óleos vegetais e gorduras com preços competitivos. Essa variável foi decisiva para baixa utilização da capacidade instalada na unidade de Candeias, resultando em FUT médio de 57% em 2020.

O último quadrimestre, entretanto, trouxe novas esperanças com a elevação no preço de venda de biodiesel e a estratégia de compra de matéria-prima diversificada, desdobrando em Resultado Operacional de R\$ 31 milhões nos últimos quatro meses.

Também foi destaque, em 2020, o aumento de 18% na capacidade de produção da usina de Montes Claros, autorizada pela Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ao mesmo tempo, o ano foi marcado por nossa saída de participações, atendendo ao direcionamento estratégico de nosso controlador, a Petrobras. Ao nos desligarmos da Bambuí Bioenergia, foi formalizada a saída integral das participações em etanol.

Nas participações em biodiesel, assinamos em dezembro a venda da totalidade das nossas ações (50% do capital da empresa) na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil (BSBios), aguardando, para 2021, o cumprimento de exigências previstas em contrato para fechamento da transação.

Ao longo do ano, foi dado continuidade à mudança na estrutura organizacional que, iniciada em 2019, tornou a gestão mais horizontalizada e adequada ao que é praticado no setor do biodiesel. Aprovamos ainda o Código de Conduta Ética. Além disso, priorizamos a disseminação da cultura de integridade e governança, bem como de valorização da vida. Quanto aos nossos indicadores de segurança, meio ambiente e saúde, não registramos fatalidades decorrentes de acidentes de trabalho e não houve nenhum vazamento de produtos ao meio ambiente.

Importante destacar nossa atuação sistematizada e integrada no enfrentamento da pandemia, na prevenção à contaminação e na manutenção da saúde de nossos colaboradores, de modo que não registramos nenhum caso grave ou fatalidade pela Covid-19 no nosso efetivo.

Finalmente, é de suma importância destacar o engajamento e o comprometimento da força de trabalho com as metas da Companhia, que, mesmo em face dos grandes desafios enfrentados em 2020, mostrou-se altamente capacitada e resiliente, garantindo boa margem de contribuição e o cumprimento dos compromissos assumidos com o mercado de biodiesel. Com isso, a Petrobras Biocombustível está se consolidando como uma companhia íntegra, que respeita e valoriza as pessoas e o meio ambiente, com uma força de trabalho competente e comprometida, capaz de superar desafios para entregar os melhores resultados a seus acionistas e à sociedade, sempre lastreada em relações de benefício mútuo com clientes e fornecedores.

Rodrigo Hervé Quaranta Cabral
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2020

A Petrobras Biocombustível se manteve dedicada a aumentar a capacidade e a competitividade das usinas de biodiesel e a reduzir custos. Como reflexo desses esforços, a companhia obteve, pela primeira vez, o EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) positivo. Adicionalmente, está mantida a estratégia da Petrobras de sair do setor de produção de biodiesel e etanol, gerando a necessidade da Petrobras Biocombustível concentrar esforços na preparação dos ativos para venda, a fim de melhorar os resultados operacionais e atenuar o prejuízo bruto acumulado.

1.1. Biodiesel

A Petrobras Biocombustível terminou o ano operando duas unidades de biodiesel – Candeias (BA) e Montes Claros (MG) – que, juntas, entregaram 307,8 mil m³ de biodiesel, superando as adversidades do impacto da pandemia do Covid-19 no setor de biocombustíveis. A unidade mineira utilizou como matéria-prima, na média do ano, 52% de gorduras e óleos residuais. Já a unidade baiana, 38% de gorduras e óleos residuais na média do ano.

Os esforços, que vêm sendo feitos para agregar valor aos processos produtivos de biodiesel, têm surtido resultados positivos, levando ao aumento no faturamento e na margem de contribuição. Com diversas melhorias operacionais e, consequentemente, plantas mais eficientes e flexíveis no processamento de matérias-primas, a Companhia obteve, em 2020, a autorização da ANP para aumentar a capacidade produtiva da Usina de Montes Claros. Com incremento de 18%, a Usina de Montes Claros poderá ofertar 196 mil m³/ano e produzir, por dia, até 545 m³ de biodiesel. A Usina de Candeias está habilitada, desde o ano passado, a entregar anualmente 305 mil m³ e a produzir, por dia, até 845 m³ de biodiesel. Juntas, as unidades estão autorizadas a produzir 501 mil m³/ano, volume 6% maior do que o autorizado para 2019.

A margem de contribuição, em 2020, foi consideravelmente superior à obtida em 2019. Vários fatores foram responsáveis pelo seu aumento de 62%, entre os quais destacam-se: (i) o aumento nos preços de venda de biodiesel, principalmente nos últimos dois bimestres, devido ao aumento da demanda com a flexibilização de movimentações imposta pela pandemia; (ii) aumento de 36% na receita com especiais (principalmente Glicerina), nos últimos dois meses de 2020 (período setembro a dezembro) e (iii) receita adicional com a venda de créditos de descarbonização (CBIO).

Em face desse cenário, o percentual elevado de processamento de matérias-primas brutas de menor valor foi fundamental para o aproveitamento dos altos preços de venda no leilão de biodiesel, aumentando a captação de margem de contribuição para o negócio da Petrobras Biocombustível.

O custo de obtenção do Selo Combustível Social, em 2020, se manteve entre os mais competitivos do mercado: 63% menor do que o valor estimado para a concorrência. Tal resultado foi possível (i) pela busca constante da Companhia em diversificar a aquisição de matérias-primas da agricultura familiar, (ii) pela otimização da estrutura que coordena a gestão do Selo Combustível Social e (iii) pelo histórico de relações comerciais estabelecidas com cooperativas e clientes, fortalecidas pela experiência acumulada ao longo dos anos.

Como parte do processo de desinvestimento no setor de biocombustíveis, em dezembro de 2020, a Petrobras Biocombustível assinou, com a empresa RP Participações em Biocombustíveis S.A., contrato para a venda da totalidade das suas ações (50% do capital da empresa) de emissão da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios).

A BSBios tem, como ativo, duas unidades: (i) a Usina de Biodiesel de Passo Fundo (RS), com capacidade de produção ampliada, em 2020, para 414 mil m³/ano, capacidade de esmagamento de 1.152 mil toneladas/ano e capacidade de armazenamento de 120 mil toneladas de grãos, 60 mil toneladas de farelo e 7,5 mil m³ de biodiesel; e (ii) a Usina de Biodiesel de Marialva (PR), com capacidade de produção de 414 mil m³/ano e capacidade de armazenamento de 3 mil m³ de óleo vegetal, 1,5 mil m³ de gordura animal e 4,5 mil m³ de biodiesel. As duas unidades possuem capacidade autorizada de produzir 828 mil m³/ano de biodiesel, tendo entregado, 751 mil m³, volume 25% maior do que o de 2019. Em 2020, a Petrobras Biocombustível e a BSBios forneceram juntas 17% do biodiesel consumido no País.

1.2. Etanol

As principais participações da Petrobras Biocombustível na produção de etanol, Nova Fronteira e Guarani, já haviam sido encerradas em anos anteriores. Em julho de 2020, a Petrobras Biocombustível S.A. assinou contrato para a venda da sua participação de 8,40% na empresa Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí) para a Turdus Participações S.A., que detém os outros 91,60% de participação na empresa. Assim, a controlada Petrobras Biocombustível, atendendo à estratégia da Petrobras, oficializa sua saída da produção desse biocombustível.

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

Em 2020, a Petrobras Biocombustível apresentou taxa de acidentados registráveis (TAR) de 2,27, sendo superior ao limite de alerta estabelecido (1,00), uma vez que foram registrados dois acidentados registráveis. Esta taxa corresponde ao número de acidentados em um milhão de Horas-Homem de Exposição ao Risco (HHER), exceto os casos de primeiros socorros. Como a totalidade anual da HHER da Petrobras Biocombustível não atinge um milhão de horas desde o ano de 2017 (computamos 881.154 horas no ano de 2020), qualquer acidentado registrado faria com que ultrapassássemos o limite de alerta arbitrado, o que, por fim, ocorreu.

A taxa de gravidade, representada pelo número de dias perdidos e debitados por um milhão de HHER, foi baixa, sendo computada em 32 ao final do ano, e não foram registradas fatalidades.

A empresa manteve a redução do seu índice de absenteísmo. O Percentual de Tempo Perdido (PTP), de 1,56, manteve-se abaixo do índice do ano anterior (1,59) e do limite de alerta (1,80).

Ao longo do ano, em que foi deflagrada a pandemia do Covid-19, foram implementadas diversas e amplas medidas para prevenir a contaminação, bem como manter a saúde física e emocional de nossos colaboradores, e, ainda, minimizar impactos nos processos operacionais da empresa. Dentre as principais medidas, destacamos: (i) a instauração de comitê de crise, com reuniões semanais e atualizações diárias, (ii) a implantação de teletrabalho para equipes administrativas, (iii) as alterações nos regimes de turno e escalas de revezamento nas usinas, (iv) a implantação de rígidos protocolos de testagem, biossegurança e higienização nas usinas, além de medidas especiais para liberação de acesso do público externo, (v) e, ainda, a disponibilização de canais para o atendimento de colaboradores e o acompanhamento de casos suspeitos e confirmados, bem como para apoio social e emocional.

Em relação ao cuidado com o meio ambiente, a Companhia não registrou vazamentos de produtos ao longo de 2020.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

Em 2020, a Petrobras Biocombustível concentrou suas ações de Recursos Humanos na mitigação dos efeitos da Pandemia do Coronavírus. Até o início de abril de 2020, todos os colaboradores, lotados na sede, foram colocados em teletrabalho. Nas Usinas, adotamos teletrabalho parcial, alteramos os regimes e as escalas e suspendemos treinamentos presenciais, priorizando eventos à distância.

Implantamos o Plano de Sucessão para que fossem ocupadas posições deixadas em aberto após retorno de empregados da Controladora, que atuavam na Companhia. Da mesma forma, recebemos e realocamos empregados próprios, que atuavam em outras empresas do Conglomerado.

Em paralelo, também abrimos, em 2020, um Programa de Demissão Voluntária (PDV PPIO), com objetivo de readequação do efetivo da sede da empresa, com previsão de conclusão até maio de 2021.

2. RESULTADO CONSOLIDADO

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2020, lucro bruto positivo de R\$ 63,6 milhões e prejuízo operacional de R\$ 7,0 milhões. O lucro líquido atingiu R\$ 154,54 milhões, com margem líquida de 12%.

O resultado operacional foi prejudicado pelo (i) impacto na demanda do biodiesel no primeiro semestre do ano, por conta do desaquecimento da economia pela pandemia do Covid-19, (ii) aumento dos custos de produção, principalmente com a matéria-prima, prejudicando as margens de contribuição.

As margens de contribuição começaram a se recuperar a partir de setembro, com o aumento significativo no preço de biodiesel vendido nos dois últimos leilões, L75 e L76, impactando positivamente o resultado do quarto trimestre. Além disso, foram reconhecidas perdas de R\$ 8,6 milhões em despesas pelo ajuste no valor da venda da BBB, realizado em 2019. Nos dois últimos leilões, a Companhia apresentou margem de contribuição da produção de Biodiesel elevada, sendo que, pela primeira vez, o EBITDA, no fechamento do ano, foi positivo, no valor de R\$ 18,35 milhões.

O resultado financeiro líquido do ano foi de R\$ 134,6 milhões, com rendimento no âmbito das garantias do REPETRO — regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens que se destina às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (IN RFB nº 1.415, de 2013, art. 1º) — e da aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

Os resultados dos investimentos da Petrobras Biocombustível apresentaram ganhos de R\$ 40,8 milhões, com equivalência patrimonial da BSBios de R\$ 155,7 milhões, porém com reversão de R\$ -114,9 milhões por *impairment*, referentes a alienação da participação na sociedade.

Por fim, há que se destacar o fato de a Companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

3.1 Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Hervé Quaranta Cabral – Presidente
Edmundo José Correia Aires – Diretor de Biodiesel
Alexandre Quintão Fernandes – Diretor Administrativo e Financeiro

3.2 Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:
Solange Arantes Dornela – Presidente
Milton Piraino Junior
Paula Bicudo de Castro Magalhães

Suplentes:
João Eduardo Jost Magalhães
Denis do Prado Netto
Heraldo da Costa Belo

4. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece a todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		12	56	Arrendamento mercantil		337	642
Contas a receber, líquidas	6	154.560	177.695	Fornecedores	13	106.768	101.931
Contas a receber - FIDC	6,1	484.233	1.308.562	Contas a pagar (redução de capital)	18	-	840.000
Estoques	7	150.412	55.252	Impostos e contribuições	16,1	1.553	2.823
Imposto de renda e contribuição social	16,1	51.028	46.509	Salários, férias, encargos e participações	21	25.175	8.246
Impostos e contribuições	16,1	122.160	37.501	Outras contas e despesas a pagar		4.568	8.201
Outros ativos circulantes		211	89			138.401	961.843
		962.616	1.625.664				
Ativos classificados como mantidos para venda	8,1	254.900	-	Não circulante			
		1.217.516	1.625.664	Arrendamento mercantil		-	772
				Planos de pensão e saúde	17	18.526	26.323
Não circulante				Provisão para processos judiciais e administrativos	22	5.030	5.174
Realizável a longo prazo				Outras contas e despesas a pagar		1.092	301
Impostos e contribuições	16,1	64.649	82.007			24.648	32.570
Depósitos judiciais		2.207	2.283				
		66.856	84.290				
Investimentos	9	-	221.892	Patrimônio líquido	18		
Imobilizado	10	308.817	327.354	Capital social		3.746.670	3.746.670
Intangível	11	1.424	8	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
		377.097	633.544	Ajustes de avaliação patrimonial		(981)	(13.212)
				Prejuízos acumulados		(2.296.365)	(2.450.903)
						1.431.564	1.264.795
		1.594.613	2.259.208			1.594.613	2.259.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	2020	2019	
Receita de vendas de produtos e serviços	19	1.282.900	929.443
Custo dos produtos vendidos	20	(1.219.316)	(914.464)
Lucro bruto		63.584	14.979
Receitas (despesas)			
Vendas	20	(6.756)	(5.983)
Gerais e administrativas	20	(54.142)	(52.132)
Tributárias		(10.102)	(14.598)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	397	(4.981)
		(70.603)	(77.694)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(7.019)	(62.715)
Resultado financeiro líquido		134.573	265.044
Despesas financeiras	23	(379)	(657)
Receitas financeiras	23	133.797	265.249
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23	1.155	452
Resultado de participações em investimentos	9	40.750	41.191
Lucro antes dos impostos		168.304	243.520
Imposto de Renda e Contribuição Social	16,2	(13.766)	-
Lucro líquido do exercício		154.538	243.520
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R\$)		412,47	552,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	2020	2019	
Lucro líquido do exercício		154.538	243.520
Ganhos / (Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde			
Reconhecido no patrimônio líquido	18,1	12.231	(8.467)
Participação no resultado abrangente das investidas			
Propriedade para Investimentos		-	(4.651)
		12.231	(13.118)
Resultado abrangente total		166.769	230.402
Atribuível ao:			
Acionista da Sociedade		166.769	230.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial (94)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	4.378.444	(17.760)	-	(2.694.423)	1.666.167
Aporte de Capital em Bens	208.226	-	-	-	208.226
Redução de Capital	(840.000)	-	-	-	(840.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	243.520	243.520
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Planos de Pensão e Saúde	-	-	(8.467)	-	(8.467)
Propriedade para investimento - da investida	-	-	(4.651)	-	(4.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.746.670	(17.760)	(13.212)	(2.450.903)	1.264.795
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	154.538	154.538
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Planos de Pensão e Saúde	-	-	12.231	-	12.231
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.746.670	(17.760)	(981)	(2.296.365)	1.431.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	154.538	243.520
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	4.433	3.977
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	(23.071)	(72.230)
Resultado de participações em investimentos	(40.750)	(41.191)
Depreciação e amortização	25.363	11.382
Provisão (Reversão) para perdas de créditos esperados	1.485	(25)
Valor residual bens baixados	244	-
Valor (Reversão) do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	147	(43)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	4.107	21.793
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(71.820)	(72.727)
Estoques	(95.307)	(15.644)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(47)	(692)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	4.837	9.836
Contas a pagar e provisões	16.785	797
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(1.270)	(749)
Outros passivos	(2.762)	10.119
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(23.088)	98.123
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	1.266.340	375.481
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(418.940)	(418.548)
Aportes em investimentos	-	(52.888)
Aquisições de ativos imobilizados	(7.040)	(5.854)
Aquisições de ativos intangíveis - CBIOS	(6.896)	-
Recebimento pela venda de ativos intangíveis - CBIOS	5.449	-
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	16.120	102
Juros sobre capital próprios recebidos	9.165	4.751
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	864.197	(96.956)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
(-) Redução de capital	(840.000)	-
(-) Amortização de principal de passivos de arrendamentos	(1.077)	(974)
(-) Amortização dos juros s/ passivos de arrendamentos	(75)	(140)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(841.153)	(1.114)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(44)	53
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.458.218	1.065.099
Descontos e abatimentos	(4.614)	(1.286)
Perdas de crédito esperadas	(1.485)	24
Receitas relativas à construção de ativos para uso	6.044	4.584
Outras receitas operacionais, líquidas	30.467	7.173
	1.488.630	1.075.594
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(1.170.677)	(801.940)
Custo das mercadorias revendidas	(20.338)	(13.423)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros e de outros	(171.887)	(144.739)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.292)	(80.405)
Reversão (Provisão) do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(147)	43
	(1.374.341)	(1.040.464)
Valor adicionado bruto	114.289	35.130
Depreciação e amortização	(25.363)	(11.382)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	88.925	23.748
Valor recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	40.750	41.191
Receitas financeiras	134.952	265.701
	175.702	306.892
Valor adicionado a distribuir	264.627	330.640
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	54.040	44.201
Salários	45.199	38.892
Remuneração variável	8.841	5.309
Benefícios	22.324	14.454
Vantagens	7.500	2.639
Plano de aposentadoria e pensão	5.153	4.073
Plano de saúde	6.892	4.835
FGTS	2.779	2.907
	76.364	58.655
Tributos		
Federais	23.006	10.032
Estaduais	8.962	4.290
Municipais	627	490
	32.595	14.812
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	379	657
Despesas de aluguéis	751	12.996
	1.130	13.653
Acionistas		
Lucro líquido do exercício	154.538	243.520
	154.538	243.520
Valor adicionado distribuído	264.627	330.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e a comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica, associada às suas operações de produção de biocombustíveis.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos, cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abranjam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis.

A Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta, na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Principais impactos nas operações da Companhia

O mercado de biodiesel recuperou-se no terceiro e no quarto trimestre de 2020, resultado do reaquecimento da atividade econômica. Dessa forma, os efeitos da quarentena (decorrente da pandemia do Covid-19) no mercado de combustíveis foram minimizados, apesar de estar sendo mais intenso no Nordeste, principal mercado das usinas da Companhia.

O Leilão 73 (período de entregas de julho e agosto) teve uma demanda de biodiesel 28% acima do mesmo período de 2019, o que representou um crescimento real, observado o aumento de 20% no mandato de mistura no período (de 10% para 12%) na comparação anual. O reflexo desse aumento de demanda acima da expectativa, resultou em alta significativa dos preços de venda de biodiesel, puxada também pela alta dos preços de matéria-prima (influenciados pelo câmbio e pelo grande volume de exportação de soja brasileira), além da necessidade de um leilão 73 complementar, para reforçar as ofertas para entregas específicas no mês de agosto.

O Leilão 74 foi um leilão atípico, convocado de forma emergencial pela ANP para complementar a oferta de biodiesel do L72 (período de entregas de maio e junho), que não conseguiu atender a demanda. As distribuidoras relataram dificuldades para fazer retiradas do biodiesel, que haviam comprado no leilão realizado em meados de abril. O L74 comercializou 72,9 milhões de litros de biodiesel e o volume comprado correspondeu a 99,2% de todo volume que as usinas participantes colocaram a venda.

O Leilão 75 (período de entregas de setembro e outubro) foi o primeiro leilão de biodiesel do PNPB (Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel), a arrematar 100% das ofertas colocadas pelas usinas. O volume negociado resultou em aumento real de 3% em relação ao volume negociado no mesmo período de 2019. Os preços negociados mantiveram a tendência de alta. Com os impactos da pandemia do Covid-19 no mercado de matéria-prima, a ANP decidiu reduzir, para os meses de setembro e outubro, a mistura obrigatória de 12% para 10%. Adicionalmente, houve necessidade de realização de Leilão 75 complementar para atender a demanda de distribuidoras, que não conseguiram comprar todo o biodiesel que precisavam para o período de referência.

A mistura obrigatória no Leilão 76 (período de entregas de novembro e dezembro) foi reduzida pela ANP de 12% para 11%, devido ao impacto no mercado de matéria-prima. A principal matéria-prima, o óleo de soja, foi impactada fortemente com a variação cambial, ao ponto do Brasil, em 2020, alcançar recordes de exportação de grãos e óleo de soja, diminuindo a oferta interna e resultando em alta nos preços da matéria-prima e também no preço do biodiesel vendido nos leilões. Dessa forma, o L76 negociou um total de 1,11 milhões de m³ de biodiesel pelo valor médio de R\$ 5,6/m³, alta de 84% no comparativo ao preço de venda do primeiro leilão do ano de 2020.

Ademais, devido ao alto grau de incerteza nos mercados internacional e brasileiro, advindo da pandemia, a Companhia veio monitorando, ao longo de 2020, eventuais impactos em suas atividades operacionais. Nesse sentido, os administradores ressaltam a importância das ações implementadas para manutenção de caixa e, nesse momento, não verificam risco de continuidade normal dos negócios da Companhia.

1.2. Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio

A Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio, instituída pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

O programa RenovaBio estabelece a obrigatoriedade às distribuidoras de combustíveis, que operam no Brasil, de comprar créditos na proporção de suas vendas de combustíveis fósseis, visando minimizar os impactos das emissões de carbono de suas atividades. Paralelamente, os produtores de combustíveis renováveis (principalmente etanol e biodiesel) podem se certificar para emissão destes créditos de descarbonização (CBIOS).

A entrada da PBIO no programa ocorreu em fevereiro de 2020 com a aprovação da certificação das Usinas de Biodiesel de Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Posteriormente, a PBIO firmou contrato, junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), para ter acesso à Plataforma CBIOS. Com isso, a PBIO gerou, recorrentemente, pré-CBIOS desde fevereiro de 2020, com as NF-e de venda de biodiesel das usinas de Candeias (BA) e de Montes Claros (MG).

Após a escrituração, os pré-CBIOS foram convertidos em CBIOS e disponibilizados, através de destinação financeira contratada, no ambiente de negociação da B3, seguindo a política interna de comercialização de CBIOS da Companhia. Em 2020, a comercialização dos CBIOS gerou o ganho bruto de R\$ 7.255.

Por fim, o saldo do programa, em 2020, foi a geração de 18,5 milhões de CBIOS. Portanto, foi evitada a emissão de 18,5 milhões de toneladas de CO₂eq na atmosfera. A geração desses CBIOS foi por meio da comercialização em 2020 de etanol, biodiesel e biometano pelas usinas certificadas no programa. Em relação ao valor financeiro, a movimentação, com as negociações no primeiro ano na B3, foi de R\$ 1.135.154, com preço médio de R\$ 43,43/CBio (em Reais) negociado.

1.3. Processo de desinvestimento

Em 03 de julho de 2020, a Petrobras divulgou o início da etapa de oportunidade (teaser), referente à venda da totalidade de ações da PBIO, sua subsidiária integral, incluindo as três usinas de biodiesel. Essa negociação não inclui a venda das participações societárias da PBIO na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil (50,0%), cujo processo de desinvestimento é mencionado na nota explicativa 8.

Em 3 de agosto de 2020, a Petrobras anunciou o início da fase não vinculante da venda da participação na PBIO. Em continuidade a essa negociação, em 30 de setembro de 2020, a Petrobras divulgou o início da fase vinculante.

Esta operação está alinhada à otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital de sua Controladora, visando a maximização de valor para seus acionistas.

Em novembro de 2020, a Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2021-25. Neste novo Plano, continua a estratégia de sair integralmente dos negócios de biodiesel e pretende agregar valor ao parque de refino, com processos mais eficientes e novos produtos de BioRefino, como BioQAV e Diesel Renovável, em direção a um mercado de baixo carbono. Porém, a carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia. O impacto desse plano na Companhia está descrito na nota 1.4.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biocombustível se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel em Candeias e em Montes Claros, e existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as mesmas continuam na carteira de investimentos da PBIO. A administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A..

1.4. Destaques do exercício

A atual capacidade total de produção de biodiesel das usinas de Candeias (BA) e de Montes Claros (MG) é de 501 mil m³ por ano. As duas usinas em operação têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2020, a Companhia investiu, aproximadamente, R\$ 6,6 mil em ativo imobilizado e melhorias operacionais das usinas de produção, em manutenção para atendimento dos requisitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Desde que a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras anunciou a saída do segmento de biocombustíveis, a Petrobras Biocombustível vem realizando operações de venda de suas participações. Em 2020, a PBIO concretizou a venda da participação de 8,4%, que detinha na Bambuí Bioenergia S.A (Bambuí), e de 50%, que detinha na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios), operação que ainda depende da avaliação de órgãos reguladores.

Venda da BSBios

Em 23 de dezembro de 2020, a PBIO aprovou a venda da totalidade de suas ações de emissão da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios), que tem, como ativos, duas usinas de biodiesel: uma em Passo Fundo (RS), com capacidade ampliada, em 2020, para produção de 414 mil m³ por ano, e outra em Marilva (PR), com capacidade para produzir 414 mil m³ por ano. Mais detalhes dessa operação podem ser observados na nota explicativa 8.

Venda da Bambuí Bioenergia S.A (Bambuí)

Em 10 de julho de 2020, a PBIO concretizou a venda de sua participação na Bambuí (8,40%) para a Turdus Participações S.A, que já detinha os outros 91,60% de participação na empresa. A Bambuí atua nos segmentos de produção de etanol hidratado e energia elétrica. Para suprimento de sua planta industrial, a produção de cana-de-açúcar é feita parte em áreas próprias e arrendadas e parte com fornecimento de matéria-prima de terceiros. Mais detalhes podem ser encontrados na nota explicativa 8.

Em paralelo à venda da Bambuí, está em curso um processo de arbitragem entre os acionistas, relativo a suposto inadimplemento da PBIO perante a sociedade coligada. Em 01 de dezembro de 2020, ocorreu uma audiência de defesa do parecer técnico das partes no âmbito da Câmara de Arbitragem, mas o processo permanece em andamento, e ainda classificado como contingência possível, conforme nota explicativa 22.

Em 2021, os principais desafios da PBIO são:

- Preparação para um novo modelo de comercialização de biodiesel, em substituição ao atual modelo de leilão, que ocorrerá ao longo do ano de 2021/2022.
- Aumento da competitividade nos leilões de biodiesel, por meio da maior capacidade produtiva e da redução do custo das matérias primas;
- Manutenção da competitividade das plantas operacionais com a entrada do B13 (mandato de mistura do biodiesel no diesel) em março de 2021, conforme aprovação da ANP;
- Geração operacional positiva, compensando o fim das receitas obtidas com fianças prestadas no âmbito do regime do Repetro (regime aduaneiro especial);
- A PBIO está em processo de desinvestimento e passará, ao longo do ano de 2021, o desafio da transição para um novo controlador, caso se concretize o processo de venda, que está sendo realizado pelo seu Acionista controlador.

1.5. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

1.5.1. Contexto

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, Covid-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que a Covid-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social, decorrentes dessa pandemia, afetaram o ambiente econômico global.

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas, que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando, desta forma, o setor produtivo.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

1.5.2. Ações de resiliência

A Companhia, alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, que incluem o trabalho em *home office* (teletrabalho), rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

1.5.3. Efeito nas demonstrações financeiras

Os impactos da Covid-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. O resultado da revisão dessas premissas e outros, decorrentes da Covid-19, está apresentado a seguir:

- não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes. Permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente, no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes, que constam dos contratos de venda. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados.
- o reconhecimento das Perdas de Crédito Esperadas (PCE), nos ativos financeiros da Companhia, considerou os impactos esperados da Covid-19. Para os ativos financeiros, cujas contrapartes possuíam *ratings* publicados por agências de risco, para as quais as notas já refletiam os efeitos da pandemia, foram utilizadas as informações divulgadas por tais agências para cálculo da PCE. Para os demais ativos financeiros, de forma geral, os efeitos esperados do Covid-19 foram incorporados à PCE, por meio da identificação da deterioração da probabilidade de *default*, baseada em dados observáveis, que consideraram a estratificação do devedor por área de atuação, tipo de produto e região. Houve um impacto adicional à PCE, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.239 (nota explicativa 6).
- no âmbito do contencioso jurídico da Companhia, não há casos, relacionados ao Covid-19, com risco de desembolso financeiro, que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2. Entidades do Grupo

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía participação nas seguintes entidades:

	% Participação no capital			
	2020		2019	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Empreendimentos controlados em conjunto				
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A. (i)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Demais Investimentos				
Bambu Bioenergia S.A	0,00%	0,00%	8,40%	8,40%

(i) Embora a PBIO já tenha aprovada a venda, por conta das condições precedentes, previstas em contrato de compra e venda, a entidade ainda pertence à Companhia e está apresentada como um ativo mantido para a venda.

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (em português, Conselho Internacional de Normas Contábeis).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3.3. Novas normas e pronunciamentos

3.3.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

A Companhia é regida pelos regimentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às *International Financial Reporting Standards – IFRS* (em português, Normas Internacionais de Relato Financeiro), tal como emitidas pelo IASB. A seguir, são apresentados os normativos contábeis, ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2020.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.</i>	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do <i>Financial Stability Board</i> (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9; passivos de arrendamento; contabilidade de <i>hedge</i> ; e divulgações.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - <i>First - Reporting Standards</i>); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37 - <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16- <i>Property, Plant and Equipment</i> proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1- <i>Presentation of Financial</i> estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4- <i>Insurance Contracts</i> e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e aos normativo listados acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

4. Sumário das principais práticas

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

6. Contas a receber
7. Estoques
8. Vendas de ativos
9. Investimentos
10. Imobilizado - Por tipo de ativos
11. Intangível
12. Redução ao valor recuperável dos ativos - *Impairment*
- 16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
17. Benefícios pós-emprego – Planos de pensão e saúde
18. Patrimônio Líquido
19. Receita de Vendas de Produtos
22. Processos judiciais e contingências

4.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido, quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes, que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo, com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo, quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação, nem contraprestação contingente, que, no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

4.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados ao valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado, quando da modificação não substancial dos seus termos, e seu saldo contábil, imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia não teve modificação substancial, que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações, que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas, que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos - *Impairment*

As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do plano de negócios e gestão, para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico, para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. Testes estatísticos, como *backtesting* e *feedback*, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da Companhia.

O modelo de previsão de preços da Companhia é baseado em uma relação não linear entre as variáveis, que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, conseqüentemente, o reconhecimento de perdas, por desvalorização em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas, ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas, por desvalorização, sejam reconhecidas nestes ativos, nos próximos anos, devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

5.2. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos - *Impairment*

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas UGCs podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos, que fazem parte de determinadas UGCs, podendo resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer, uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

O investimento em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), até sua classificação para ativo mantido para venda, conforme nota explicativa 8, vinha sendo testado individualmente, para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 9 e 12.

5.3. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios, definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada, com base no mercado, mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas, estão divulgadas na nota explicativa 17.

5.4. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de arbitragem e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas, para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos, são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22.

5.5. Perdas de crédito esperado

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

6. Contas a receber, líquidas

	2020	2019
Terceiros	6.592	1.725
Partes relacionadas	152.393	150.628
Juros sobre capital próprio a receber	-	1.423
Outras	1.248	28.107
	160.233	181.883
(-) Perdas de crédito esperadas - PCE (i)	(5.673)	(4.188)
Total	154.560	177.695

(i) O incremento entre os períodos comparados se deve, essencialmente, pelo aumento da sensibilidade de perda (fator de risco) da PCE por conta do novo Coronavírus (Covid-19), conforme nota explicativa 1.5.3.

6.1. Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 484.233 (R\$ 1.308.562, em 31 de dezembro de 2019) representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

A Companhia possui um limite de R\$ 50 mil para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações da Petrobras e suas controladas.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora, com um custo de 100% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia não possuía créditos tomados junto ao FIDC.

Prática contábil

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com exceção dos recebíveis do FIDC.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito, esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo, por meio da utilização de matriz de provisões, baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis, sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*), que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço, com o risco de inadimplência (*default*), que ocorre no instrumento financeiro, na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A Companhia considera inadimplência, quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Estoques

	2020	2019
Matéria-prima (i)	416	461
Produtos intermediários (ii)	105.786	25.929
Produtos acabados (iii)	36.682	22.032
Materiais	7.732	6.887
(-) Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(204)	(57)
Total	150.412	55.252

- (i) Metanol;
- (ii) Óleos e gorduras vegetais e de animais; e
- (iii) Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido graxo.

Em 2020, houve aumento no saldo de produtos intermediários, principalmente, em decorrência do aumento de preço das matérias-primas, com destaque para o óleo de soja, além do maior volume estocado em relação ao ano de 2019.

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreendem, principalmente, os estoques de oleaginosos e seus óleos, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, e aqueles necessários para a realização da venda.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

8. Venda de ativos

Os Planos de Negócios e Gestão da Petrobras e da Companhia preveem parcerias estratégicas e desinvestimentos. A carteira de ativos, para potencial alienação, é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações, em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios e, por essa razão, a condição para a classificação de ativos como mantido para venda somente é alcançada, quando a alienação for aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária. A seguir, principais informações das operações ocorridas no período.

- Venda Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí)

Em 10 de julho de 2020, a Companhia assinou o contrato de venda da sua participação de 8,40%, na Bambuí Bioenergia S.A., para a Turdus Participações S.A., que detinha os outros 91,60% da participação naquela empresa. A operação foi concluída com o pagamento do valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) à PBIO, devido ao patrimônio líquido negativo da Bambuí. O fechamento da operação foi simultâneo à assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações – CCVA, possibilitando a saída imediata do capital da Bambuí.

- Venda da Belém Bioenergia Brasil (BBB)

Em 30 de dezembro de 2020, a PBIO recebeu o montante de R\$ 16.120, referente a venda da BBB. A Companhia havia registrado um recebível de R\$ 24.757, em 31 de dezembro de 2019, pela alienação de sua participação na investida, sendo descontado do valor, originalmente reconhecido R\$ 8.637, a título de indenização, conforme cláusulas previstas no Contrato de Compra e Venda (CCVA).

- Venda da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios)

Em 23 de janeiro de 2020, a Petrobras anunciou o início da fase não vinculante da venda da participação na BSBios. Em continuidade a essa negociação, em 27 de abril de 2020, a Petrobras divulgou o início da fase vinculante.

Em 18 de dezembro de 2020, foi concluída a fase de negociação, com a empresa RP Participações em Biocombustíveis S.A., para a venda da totalidade das ações (50%) de emissão da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios), sendo assinado o contrato de venda, em 23 de dezembro de 2020, com aprovação em AGE nesta data. O valor de R\$ 322.400, incluindo ajuste de correção monetária, foi depositado em contas vinculadas (*escrow*), pela participação da PBIO na BSBios, e está sujeito a ajustes usuais para transações dessa natureza, sendo que R\$ 254.900 serão sacados pela PBIO no fechamento da transação e R\$ 67.500 serão mantidos em conta vinculada, em poder da compradora, para indenização de eventuais contingências e liberados, conforme prazos e condições previstas em contrato.

8.1. Ativos classificados como mantidos para venda

Por conta da aprovação da venda da BSBios, conforme mencionado acima, a Companhia reconheceu em resultado de participações de investimento (nota explicativa 9) perda líquida por desvalorização ao valor recuperável - *impairment* no montante de R\$ 114.881, considerando o valor justo líquido das despesas de vendas. Após esse *impairment*, o valor líquido do investimento de R\$ 254.900 foi reclassificado para mantido para venda e permanecerá nesta rubrica até o fechamento da operação.

Prática contábil

São classificados como mantidos para venda, quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata, em suas condições atuais, e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses, após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e não ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda e passivos associados são mensurados pelo menor valor, entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda, e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

9. Investimento

9.1. Mutação dos Investimentos

Empresa	Result.		Amortização da mais valia de ativos	Transf. Mantido para Venda	Juros sobre capital próprio (*)	2020	
	2019	Equivalência					Impairment
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	221.892	155.923	(114.881)	(292)	(254.900)	(7.742)	-
Total	221.892	155.923	(114.881)	(292)	(254.900)	(7.742)	-

(*) Refere-se a pagamentos trimestrais de juros sobre capital próprio-JCP aos acionistas da Companhia no período.

O saldo do investimento foi reclassificado para mantido para venda, conforme detalhado na nota explicativa 8.1.

Prática contábil

Investimentos societários

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto, estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, não havendo operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras, os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP), a partir da data em que elas se tornam investimentos.

Combinação de negócios e goodwill

Combinação de negócios é uma operação ou outro evento, por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades, sob controle comum, são contabilizadas pelo custo. Pelo método da aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são mensurados pelo seu valor justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) e no caso de combinação de negócios, realizada em estágios, do valor justo da participação do adquirente na adquirida, imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultam em alteração de controle, não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação, diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

10. Imobilizado

O ativo imobilizado, até 31 de dezembro de 2020, estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias		Equipamentos e outros bens		Direitos de uso	Ativos em construção	Total
	2019	2020	2019	2020			
Saldo em 1º de janeiro de 2019	81.725	39.780	-	-	-	729	122.234
Adições	-	1.270	2.387	4.584	8.241	-	-
Transferências	23.959	186.572	-	(2.305)	208.226	-	-
Depreciação	(5.936)	(4.400)	(1.011)	-	(11.347)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	99.748	223.222	1.376	3.008	327.354	-	-
Custo	149.339	501.733	2.387	3.008	656.467	-	-
Depreciação acumulada	(49.591)	(278.511)	(1.011)	-	(329.113)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	99.748	223.222	1.376	3.008	327.354	-	-
Adições	-	996	-	6.044	7.040	-	-
Baixas	-	(244)	-	-	(244)	-	-
Transferências	329	1.185	-	(1.514)	-	-	-
Depreciação	(6.098)	(18.206)	(1.029)	-	(25.333)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.979	206.953	347	7.538	308.817	-	-
Custo	149.668	503.670	2.387	7.538	663.263	-	-
Depreciação acumulada	(55.689)	(296.717)	(2.040)	-	(354.446)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.979	206.953	347	7.538	308.817	-	-
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	28	17	-	-	-	-	-
	(6 a 50 anos)	(5 a 50 anos)	-	-	-	-	-
	(exceto terrenos)	-	-	-	-	-	-

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfeitorias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 7.539 (2019 – R\$ 3.008), referem-se, principalmente às: (i) melhorias nas usinas de biodiesel, visando a otimização e o aumento da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento, transesterificação e *off-site*; (ii) adequações do parque de tancagem; e (iii) ampliações nas instalações prediais.

10.1. Direito de uso – Locação da sala (arrendamento mercantil)

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento mercantil -, em 1º de janeiro de 2019, que contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, a Companhia reconheceu o contrato de locação do imóvel comercial, onde está localizada sua sede, como um contrato de arrendamento.

Conforme estabelecido na norma, inicialmente, a Companhia reconheceu ativo imobilizado e obrigações de arrendamentos mercantis em montantes iguais e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactaram, portanto, o patrimônio líquido da Companhia. Os ativos de direito de uso estão apresentados no Imobilizado, representando arrendamento de edificações (locação de sala). Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados, em linha própria, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado o saldo de R\$ 347 (R\$ 1.376, em 31 de dezembro de 2019), referente a esse direito de uso e R\$ 337 (R\$ 1.414, em 31 de dezembro de 2019) do passivo de arrendamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia evidencia os efeitos relacionados à depreciação do direito de uso do bem arrendado, como atividade operacional, e os pagamentos desse arrendamento, como atividades de financiamento.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Os gastos com grandes manutenções planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das usinas industriais, são reconhecidos no ativo imobilizado, quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados, pelo período previsto, até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções, que não atendem a esses requisitos, são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes, com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado, são reconhecidas e depreciadas junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os ativos depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear, com base nos prazos contratuais.

11. Intangível

O ingresso da PBIO no mercado de créditos de descarbonização teve, como marco inicial, a certificação da produção de biocombustíveis de suas Usinas de Biodiesel em Candeias (BA) e Montes Claros (MG), segundo a nota explicativa 1.2. Em setembro de 2020, os gastos com essa certificação foram reconhecidos como ativo intangível.

Após a certificação, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) gerencia a reserva dos direitos à emissão dos créditos de descarbonização (pré-CBIOS) e, em seguida, o banco escriturador emite o CBIOS, conforme descrito na nota explicativa 1.2. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo não comercializado de pré-CBIOS e CBIOS encontra-se registrado, como ativo intangível, no montante de R\$ 1.327, acrescidos de R\$ 92, referentes aos gastos com certificação líquidos da amortização acumulada.

Os créditos de descarbonização não possuem vida útil definida, nem são amortizados, mas devem ser testados quanto ao seu valor recuperável, anualmente, ou sempre que existir indícios de desvalorização.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo intangível está apresentado, conforme tabela a seguir:

	CBIOS	Softwares	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	8	8
Adições (i)	6.888	8	6.896
Baixas	(5.449)	-	(5.449)
Amortização	(20)	(10)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.419	6	1.424
Custo	1.439	760	2.198
Amortização acumulada	(20)	(754)	(774)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.419	6	1.424

(i) Das adições de CBIOS, R\$ 112 são gastos com certificação, enquanto que R\$ 6.776 são créditos de descarbonização - CBIOS cuja contrapartida é a receita de subvenção em ODO.

Prática contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*, e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, gastos com emissão de certificação da produção de biocombustíveis e emissão dos créditos de descarbonização (CBIOS).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável - *impairment*. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente.

12. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

12.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com índice de desvalorização, a Companhia priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC), a partir de projeções que consideram:

- vida útil, baseada na expectativa de utilização dos ativos ou conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando a política de manutenção da Companhia;
- premissas e orçamentos, aprovados pela Administração para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) pós-imposto, ajustada por um prêmio de risco específico, nos casos de projetos postergados por extenso período, ou risco específico do país, nos casos de ativos no exterior.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, para determinar o valor em uso das UGCs, foram: i) taxa de desconto de 8,2% para 2020 (8,7% - 2019); ii) aplicação da nova curva de câmbio, aos preços em dólar projetados para o óleo de soja, e a curva de preços de biodiesel, projetada em reais; iii) aplicação de novos *spreads*, em relação ao óleo de soja Paranaguá e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido às novas condições de mercado.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente, para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

A Companhia realizou os testes de recuperabilidade, não havendo indicativos de perdas.

Prática contábil

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos, que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 5.2 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs da Companhia.

Os ativos vinculados à produção de biodiesel e aqueles que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor, entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias das Usinas de Biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente, o valor recuperável, utilizado na realização do teste de recuperabilidade, é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

13. Fornecedores

	2020	2019
Terceiros no país (i)	87.922	83.560
Partes relacionadas (ii)	18.846	18.371
Total	106.768	101.931

(i) Principais fornecedores: Ind. e Com. de Rações Golfinho Ltda; Icofort Agroindustrial Ltda e Capri Atacadista de Insumos.

(ii) Veja a abertura das transações, com partes relacionadas, na nota explicativa 14.

14. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos eram compostos como segue:

	2020	2019
Ativo		
Circulante:		
Contas a receber, líquidas		
FIDC (Nota explicativa 6.1)	484.233	1.308.562
Petróleo Brasileiro (i)	152.264	149.637
Juros sobre capital próprio a receber	-	1.423
Outras	129	990
Total	636.626	1.460.613
Passivo		
Circulante:		
Fornecedores	14.742	14.671
Contas a pagar (redução de capital) (Nota explicativa 18)	-	840.000
Petróleo Brasileiro	14.742	854.671
Outros Fornecedores	4.104	3.700
Total	18.846	858.371

Resultado

	2020	2019
Receita Líquida de vendas		
Petróleo Brasileiro (i)	1.274.372	894.953
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro (ii)	21.989	44.537
Resultado financeiro, líquido		
Petróleo Brasileiro (iii)	133.651	264.980
Total	1.430.012	1.204.470

(i) Decorrem, principalmente, das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

(ii) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos, gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (contrato finalizado em novembro de 2019), gastos com compartilhamento de custos e despesas; e

(iii) Os valores referem-se, principalmente, às receitas oriundas das operações de fiança e receitas com aplicação financeira no FIDC, conforme nota explicativa 23.

14.1. Garantias

A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança, assumindo a responsabilidade, como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País, na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados, às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro).

A Petrobras, remunerou a Companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento), ao ano *pro-rata*, sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2020, foi auferida a receita de R\$ 110.756 (2019 – R\$ 192.751), conforme nota explicativa 23.

Não há previsão de remuneração para o ano de 2021, em virtude do término do contrato de prestação de garantias para Petrobras, em dezembro de 2020.

15. Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Pbio e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, além dos dirigentes, relativas aos meses de dezembro de 2020 e 2019, foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	Dez/20	Dez/19
Remuneração do empregado		
Menor remuneração	6.485,54	6.373,27
Remuneração média	19.541,65	18.914,53
Maior remuneração	74.593,48	74.593,48

As remunerações totais dos membros da diretoria executiva e do conselho de administração, sendo este último extinto no final de 2019, tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, e são apresentadas a seguir:

	2020	2019
		Diretoria Administrativa e Conselho de Administração
Diretoria Executiva		
Salários e benefícios	3.675	3.111
Encargos		



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante	
	2020	2019
No país:		
Imposto de renda	39.700	36.521
Contribuição social	11.328	9.988
	51.028	46.509

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
No país:						
Imposto de renda retido na fonte (ICMS (i))	-	-	-	-	1.276	1.199
PIS e COFINS (ii)	24.787	7.692	442	532	-	652
PIS e COFINS (iii)	88.148	21.412	62.842	80.966	-	-
IPF	8.395	7.671	1.365	509	-	-
Outros	8.830	726	-	-	277	972
	122.160	37.501	64.649	82.007	1.553	2.823

- (i) A variação no período decorre, basicamente, pela aquisição de carga significativa de óleo de soja pelo estabelecimento de Candeias-BA, além do acréscimo no valor de aquisição de insumos gerais de produção das usinas, por questões de mercado, ambas as operações com incidência de ICMS.
- (ii) A variação entre os períodos se deve, basicamente, pelo aumento do PIS e COFINS, presumido por conta do incremento de faturamento bruto da Companhia durante o ano de 2020 (37% superior à 2019), em face, principalmente, da maior precificação obtida nos leilões de Biodiesel (B100). Combinado com o aumento de PIS e COFINS a recuperar, por conta da aquisição de matérias-primas e produtos intermediários utilizados no processo.

16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos impostos	168.304	243.520
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(57.223)	(82.797)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	2.598	1.362
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(10.559)	62.059
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	54.824	20.312
Outros	(3.406)	(936)
Imposto de renda e contribuição social	(13.766)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.766)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	8,2%	0,0%

(*) Inclui equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias, totaliza, respectivamente, R\$ 2.309.237 e R\$ 2.310.142 (2019 - R\$ 2.341.024 e R\$ 2.341.811).

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal, por não existirem evidências de que haverá disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização desse benefício.

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período, que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

17. Benefícios concedidos a empregados

17.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão do plano de previdência complementar é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano foi implementado pela PBIO, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definido possui uma parcela de benefício definido, que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano, com característica de contribuição, definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 31 de dezembro de 2020, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 2.877 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.767).

A parcela da contribuição, com característica de benefício definido, está suspensa entre 1º de julho de 2012 e 30 de junho de 2021, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

A contribuição esperada da Companhia, para o ano de 2021, é de R\$ 3.585, referente à parcela de contribuição definida. Os custos previstos, com atualização da provisão atuarial, são R\$ 1.784, sendo apropriados, mensalmente a parcela de 1/12 avos, no resultado.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2020, é de 22,07 anos (44,28 anos, em 31 de dezembro de 2019).

17.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS), pós-emprego, para todos os seus empregados, desde 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco, atrelado aos benefícios de saúde, é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas, quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida, para cobertura de grande risco, e com uma parcela dos gastos incorridos, referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação, baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmacêutico, que prevê condições especiais para a aquisição de certos medicamentos, por meio de reembolso ou *delivery*, com coparticipação dos beneficiários.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2020, é de 37,35 anos (38,34 anos, em 31 de dezembro de 2019).

Resoluções CGPAR

O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes, sendo a participação financeira da Companhia e dos beneficiários, nas proporções dos itens abaixo e nas formas previstas no acordo coletivo de trabalho:

- (iv) A partir de 01/01/2021, a participação será na proporção de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 40% (quarenta por cento) restante pelos beneficiários titulares.
- (v) A partir de 01/01/2022, a participação passará a respeitar limite paritário, de acordo com o previsto na Resolução CGPAR nº 23, na proporção de 50% (cinquenta por cento) entre a Companhia e os participantes.

A Companhia e as Entidades sindicais estabelecem que, se houver mudança ou revogação da Resolução da CGPAR nº 23, em decorrência de atos ou diplomas, regularmente baixados pelos poderes executivo ou legislativo, permanecerá a relação 60% x 40%, até novo ajuste entre as partes. Em 31 de dezembro de 2020, essa mudança de regimento gerou uma redução do passivo atuarial, com plano de saúde AMS, no montante de R\$ 2.030, cujo reconhecimento foi em resultado.

Novo modelo gestão do plano de saúde

Em 11 de dezembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a participação da PBIO no novo modelo de gestão para a Assistência Multidisciplinar de Saúde. A gestão da AMS passará a ser realizada por uma associação civil, sem fins lucrativos, nomeada pelos beneficiários como Petrobras Saúde, mantendo a modalidade de autogestão. O novo modelo trará ganhos em tecnologia, governança e *compliance*, em alinhamento às melhores práticas de mercado e de acordo com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A mudança também traz mais segurança empresarial e transparência na administração, além de proporcionar eficiência de custos e segregação de riscos da AMS.

Com a transferência para o novo modelo de gestão, não haverá alteração do benefício, cobertura ou abrangência, bem como efeitos contábeis. Atualmente, a associação encontra-se em fase de obtenção de habilitações e registros necessários para o novo modelo de gestão e operação das atividades.

(a) Movimentação do Valor Presente das Obrigações (VPO)

	2020		2019	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	11.817	14.621	5.121	8.825
Custo do serviço corrente	1.302	3.256	725	1.978
Custo dos juros	861	1.052	471	808
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(9.554)	(4.272)	(685)	8.422
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(152)	236	(480)	716
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	5.030	(3.502)	6.665	(6.128)
Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	-	(2.030)	-	-
Valor Presente das Obrigações no final do exercício	9.304	9.361	11.817	14.621

(b) Movimentação do Valor Justo dos Ativos do plano

	2020		2019	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	(115)	-	(67)	-
Receita de juros	(7)	-	(5)	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(17)	-	(43)	-
Valor Justo dos Ativos no final do exercício	(139)	-	(115)	-

(C) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2020		2019	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Valor presente das obrigações	9.304	9.361	11.817	14.621
Valor Justo dos Ativos do Plano	(139)	-	(115)	-
Passivo líquido no final do exercício	9.165	9.361	11.702	14.621

(D) Movimentação do passivo atuarial líquido

	2020		2019	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Saldo em 1º de janeiro	11.702	14.621	5.054	8.825
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	(4.693)	(7.538)	5.457	3.010
(+) Custos incorridos no exercício	2.156	4.308	1.191	2.786
(+) Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	-	(2.030)	-	-
Passivo líquido no final do exercício	9.165	9.361	11.702	14.621

(E) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2020		2019	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	7,44	7,20	7,30	7,20
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	7,44	-	7,30	-
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	6,20	-	6,40	-
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	3,32	-	3,61	2,30
Inflação (% a.a.)	3,32	3,32	3,61	3,61
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	-	6,17 a 3,90	-	10,46 a 3,50

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios, definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial, elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas, para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante do serviço prestado pelo empregado, no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício, definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido, de passivo de benefício definido, são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

18. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 3.746.670, está representado por 374.666.989 ações ordinárias sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 30 de dezembro de 2019, houve a Assembleia Geral Extraordinária para a redução de capital no montante total de R\$ 840.000, mediante o cancelamento de 84.000.000 ações. Em 09 de abril de 2020, a PBIO efetuou a transferência destes recursos financeiros à Petrobras.

O lucro do ano de 2020 foi de R\$ 154.538, decorrente, principalmente, pelo resultado financeiro R\$ 134.573, destacando as receitas nas operações de fiança, e pelo resultado de participações em investimentos de R\$ 40.750, ambos compensando o prejuízo antes do resultado financeiro líquido (R\$ 7.019). Em 31 de dezembro, a Companhia apresentou, em reais, o lucro básico e diluído de R\$ 412,47 por lote de mil ações.

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de ações, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

18.1. Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2020, foram reconhecidos como outros resultados abrangentes:

- ganhos atuariais, referentes à remensuração dos planos de pensão e saúde, no montante de R\$ 12.231, líquido de impostos.

Prática contábil

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) ativos financeiros classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo, por meio de outros resultados abrangentes e, ii) remensurações em planos de benefício definido.

19. Receita de Vendas de Produtos

	2020	2019
Receita bruta de vendas	1.453.604	1.063.813
Encargos de vendas	(170.704)	(134.370)
Receita de vendas	1.282.900	929.443
Biodiesel	1.225.773	893.825
Glicerina Bruta	20.863	15.698
Coco seco	5.074	4.510
Grão de Mamona	12.238	5.976
Outros	18.952	9.434
Receita de vendas	1.282.900	929.443

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes, que serão objeto de reconhecimento de receitas, e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance, as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos, que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia, baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz a obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo, no ato da entrega do produto.

20. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2020	2019
Depreciação e amortização	(25.363)	(11.382)
Despesas com pessoal (i)	(67.549)	(62.661)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(1.191.015)	(815.363)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(52.980)	(97.931)
Outros	56.693	14.758
Total	(1.280.214)	(972.579)
Custo do produto vendido	(1.219.316)	(914.464)
Despesas com vendas	(6.756)	(5.983)
Despesas gerais administrativas	(54.142)	(52.132)
Total	(1.280.214)	(972.579)

- (i) Inclui a remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros, conforme nota explicativa 15.

21. Outras (despesas) receitas, líquidas

	2020	2019
Assistência técnica	(1.673)	(1.367)
Incentivos Fiscais (i)	7.642	4.006
Créditos de descarbonização - CBIOS (ii)	6.776	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	(205)	(1.229)
Multas com fornecedores	10.923	1.159
Programa de remuneração variável (iii)	(8.841)	-
Participação nos Lucros e Resultado	-	(5.309)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (iii)	(4.651)	-
Indenização por perdas definida no CCVA BBB (Nota explicativa 8)	(8.638)	-
Outras despesas	(936)	(2.241)
Total	397	(4.981)

- (i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais.

- (ii) Receita de subvenção governamental de créditos de descarbonização (CBIOS) das Usinas de Candeias (BA) e de Montes Claros (CE), conforme detalhado em nota explicativa 11.

- (iii) O incremento na rubrica de salários, férias, encargos e participações (item do Balanço patrimonial) foi reflexo, essencialmente, destes gastos.

22. Processos judiciais e contingências

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e, para as quais, uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2020	2019
Processos Trabalhistas	4.649	4.741
Processos Fiscais	214	238
Processos Ambientais	145	143
Processos Cíveis	22	52
Total	5.030	5.174

Os processos judiciais, que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2020, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2020	2019
Processos Trabalhistas	8.323	971
Processos Fiscais	5.373	1.746
Processos Cíveis (i)	750.727	



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

24. Instrumentos financeiros

24.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e, durante o exercício, também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Os resultados estão condizentes com as políticas estratégicas definidas pela Administração da Companhia

Todas as operações, com instrumentos financeiros, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo, em 31 de dezembro:

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12	56
Contas a receber - FIDC	484.233	1.308.562
Contas a receber, líquidas	154.560	177.695
	638.805	1.486.313
Não circulante		
Depósitos judiciais	2.207	2.283
	2.207	2.283
Total	641.012	1.488.596
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	106.768	101.931
Contas a pagar (redução de capital)	-	840.000
Outras contas e despesas a pagar	4.568	8.201
Arrendamento mercantil	337	642
	111.673	950.774
Não circulante		
Outras contas e despesas a pagar	1.092	301
Arrendamento mercantil	-	772
	1.092	1.073
Total	112.765	951.847

24.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos, desses instrumentos financeiros, são equivalentes aos seus valores contábeis.

As contas a receber — FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6 —, estão mensuradas pelo seu valor justo, por meio do resultado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir.

24.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado, entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, por meio da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.3.1. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos, por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras, decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito, associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas, com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Quanto aos recebíveis, seu principal cliente é a controladora Petrobras, tanto em relação às vendas efetuadas, quanto aos valores aplicados, reduzindo em muito o risco de crédito.

24.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos, gerados internamente por dívidas de curto prazo, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção de R\$ 1.092 de outras contas a pagar, com expectativa de realização de até 3 anos.

24.3.3. Riscos de Mercados

a) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras. A PBIO não está exposta.

b) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras, utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

24.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros, para os bens sujeitos aos riscos por montantes, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Chubb Seguradora S.A., com vigência até 31 de maio de 2021, com riscos cobertos no valor de US\$ 162.452 mil e valor de franquia de USD 2.000 mil.

25. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, a venda da participação de 50% da PBIO, na BSBios, para a RP Participações em Biocombustíveis S.A., em continuidade à negociação, anunciada pela Petrobras em 23 de dezembro de 2020.

Em 09 de fevereiro de 2021, a Petrobras informou que a PBIO finalizou a venda de sua participação na BSBios para a empresa RP Participações em Biocombustíveis S.A., após o cumprimento de todas as condições precedentes. Com a conclusão da venda, a PBIO recebeu, nessa data, o montante de R\$ 254.900 mil, permanecendo o valor remanescente da venda em conta vinculada em poder da compradora, conforme divulgado na nota explicativa 8.

DIRETORIA EXECUTIVA

RODRIGO HERVÉ QUARANTA CABRAL
Presidente

EDMUNDO JOSÉ CORREIA AIRES
Diretor de Biodiesel

Robson Honorato
Contador
CRC-RJ-086.473/O-7

ALEXANDRE QUINTÃO FERNANDES
Diretor Administrativo e Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas a receita de vendas e contas a receber da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião, sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos, relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos, de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunido nesta data, examinou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, com data de 10 de fevereiro de 2021. Tomou conhecimento ainda da proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2020.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, ressalvado o efeito na equivalência patrimonial, decorrente do reconhecimento do crédito fiscal de PIS COFINS na BSBIOs, no valor de R\$ 26,8 milhões, por entender que não estão presentes as condições de recuperabilidade.

Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta de destinação do lucro do exercício de 2020, no montante de R\$ 154.538 mil, para a compensação parcial do saldo de prejuízos acumulados, conforme Art. 189, da Lei nº 6.404/76, a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2021.

Solange Arantes Dornela
Presidente

Paula Bicudo de Castro Magalhães
Conselheira

Milton Piraino Junior
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS ("CAECO")

O Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO), em sua 63ª reunião, na pauta "DFINRI/CONTRIB, DRGN/INP, PBIO, AUDITORIA INDEPENDENTE e JURIDICO - Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO") - Exercício 2020", emitiu a seguinte manifestação: "Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO") - Exercício 2020. O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento

das informações e recomendou à Assembleia Geral Ordinária da PBIO a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021.

Michele Moraes Fukumoto
Coordenadora

SIGA O VALOR NAS
REDES SOCIAIS.

